

MUNDARÉU

MUNDARÉU - UM PODCAST DE ANTROPOLOGIA Uma parceria entre o LABJOR/Unicamp e o DAN/UnB

Terceira Temporada Episódio 19 - Quilombo

Transcrição: Alexander Pereira (Unicamp), Amanda Oliveira (UnB), Bianca Lino (Unicamp), Bárbara Martins Correa (UnB), Bruno Campelo Pereira (Unicamp), Hugo Virgílio (UnB), Julia Mendes (UnB), Gabriel Marçal (Unicamp)

Revisão da transcrição: Amanda Oliveira (UnB), Bianca Lino (Unicamp), Bruno Campelo Pereira (Unicamp), Daniela Manica (Unicamp)

Legenda:

Blocos

Sonoplastia

ABERTURA

Música de abertura: "Ode ao Bozo", Gatunas. Solo de guitarra, melodia rápida com levada aventureira. Bateria ao fundo. Os instrumentos dão uma rápida pausa, para a primeira frase cantada da estrofe e, em seguida, acompanham a voz feminina num balanço de rock e ska. A guitarra faz o contratempo com a voz. Ao final da estrofe, a voz e os instrumentos cessam logo após um último acorde da guitarra.

"Esse cara é retrocesso

Ele não sabe de nada

Governa por decreto

Ainda banca de esperto e defende gente armada"

Daniela Manica: Hoje é dia 27 de maio de 2022. A comunidade do Mocambo, no estado de Sergipe, está em festa. Comemora 25 anos da homologação das suas terras, do reconhecimento pelo Estado Brasileiro ao Mocambo, como uma

comunidade remanescente de quilombo. Foi a primeira comunidade quilombola de Sergipe, e a quarta do Brasil! Vamos nos juntar à celebração deles, e conhecer um pouco da história de Paulameire dos Santos, professora na "Escola Estadual Quilombola 27 de maio", nomeada em homenagem à conquista alcançada após muitos embates. Nós vamos ouvir Paulameire direto da beira do Rio São Francisco, que é onde a comunidade do Mocambo fica, no município de Porto da Folha, Sergipe. Pelo celular de Paula, ouvimos o vento que sopra na margem do Rio, o barulho dos barcos que passam por perto, a música dos bares ali por perto também. Vamos ouvir também José Maurício Arruti, professor de Antropologia na Unicamp, que participou desse processo de homologação como antropólogo.

Eu sou Daniela Manica, da Universidade Estadual de Campinas, e produzo o Mundaréu junto com minha colega Soraya Fleischer, da Universidade de Brasília - vocês também escutarão a Soraya. Juntas vamos conversar com Maurício e Paulameire, e discutir o desmonte das políticas públicas propositalmente provocado pelo governo federal no que diz respeito às comunidades tradicionais neste país.

Esse episódio foi gravado em três etapas: primeiro, uma conversa por grupo de whatsapp que começou em fevereiro de 2022. Depois, gravamos uma conversa com José Maurício por *google meet*, e como a conexão de Paulameire à internet no dia não ajudou, gravamos com ela por áudios de WhatsApp uns dias depois. Desejamos um feliz aniversário ao Mocambo, vida longa e próspera a todas as comunidades remanescentes de quilombos, e muita esperança de que bons ventos soprem para que consigamos reverter esse quadro vergonhoso de violência aos direitos das populações afroindígenas no Brasil.

BLOCO 1:

Paulameire cantando:

Mocambo é nosso, de quem lutou. Teve coragem e acreditou.

Já faz mais de vinte anos que os negros tão sofrendo

E a maioria dos velhos não aguenta e vão morrendo

Digam todos pelos nome, assim queiram acreditar

que deixaram nossa luta e no céu foram morar

Mocambo é nosso, de quem lutou. Teve a coragem, e acreditou.

Essa música é de Maria das Virgens dos Santos, minha mãe que se fosse viva teria oitenta e sete anos.

Paulameire Acácio: Eu sou Paulameire Acácio dos Santos Melo, eu sou filha de Paulo Acácio dos Santos e Maria das Virgens Santos. Eu tenho uma mistura de raças étnicas muito forte, e meu pai é descendente de indígena né, povos indígenas, e minha mãe, quilombola. Então, nós nascemos “comuns” né, somos ribeirinhos né, e também somos, é... posso dizer, “presos” a grupos de fazendeiros, que mais tarde a gente reconhece que nós éramos ex-escravos desses fazendeiros. Tendo me apresentado, né, sou filha dessas duas raças muito forte presentes no município de Porto da Folha e que deu-se origem depois de vários conflitos, conflitos internos, conflito com fazendeiro, conflito com o “menos”, né? Meu pai morava na Caiçara, morava num uma fazenda Caiçara. Essa fazenda Caiçara eles viviam, é, sem direito a nada. E Mocambo, do lado da Caiçara, já era um povoado, que tinha essa escola, tinha vendas de comida, de farinha. Mocambo era uma comunidade pequena mas já era um povoado e a Caiçara era a fazenda.

Música de transição: Bateria acelerada e ritmada que reverbera agudo nos primeiros toques e a cada repetição. Declínio gradual do volume ao longo da fala de Paulameire.

Que aconteceu? A fazenda começou a tratar aqueles povos, aqueles, aqueles... a mistura de grupos que restaram como escravo dele, então não podia pegar uma piaba, que era um peixinho depois na lagoa, só tinha o arroz, e num tinha mais nada e aí eles começaram a vir ou pra Mocambo ou pra Propriá, sair pra sobreviver. E começaram a reunir, discutir que seria possível eles reivindicar aquela terra, que era terra de missão que, na história passada por Dom Pedro I aqui, que era terra, que era dos povos indígenas né, que era dos índios. Eles conquistaram, os índios conquistaram o seu espaço em 79, de 78 pra 79, então foi em 70 que começaram a fazer as casinhas de palha, começaram a sobreviver da terra. Reivindicaram conseguiram desapropriar, foi reconhecido, a família do meu pai também estava além do pertencimento tinha a característica indígena. A fazendeira Neusa Cardoso, no início da década de 90, que foi 92, Neusa Cardoso, com raiva dos índios, porque estão reivindicando suas terras, seca a lagoa, e a metade da lagoa era dos índios a outra metade era dos negros que trabalhavam pra ela. Os negros ficaram com fome né, sem seu arroz. E aí foi um conflito da fazendeira conosco e com os índios. Isso foi em 92. Aí a igreja já estava também pensando como é que essa comunidade por característica, por linguagem: “você também podem receber uma reintegração de posse pelas perdas do arroz e você também podem pensar um pouquinho mais de onde foi que cês vieram”. E aí juntamente com a igreja né, dando continuidade agora com o padre Isaías, que era o pároco da região, é... mandamos cartas, fizemos um ofício pra o INCRA e o INCRA também, por sua vez, que era novo em Sergipe, não tinha comunidade quilombola em Sergipe, manda um, um ofício solicitando a vinda de um pesquisador, de um antropólogo. Começa o processo de luta da gente agora pra reconhecimento como comunidade quilombola. Aí 92, 93, 94... em 95 chega Maurício.

José Maurício Arruti: Meu nome é José Maurício Arruti, sou professor do departamento de Antropologia aqui da Unicamp e coordeno o laboratório LAPA, Laboratório de Pesquisa e Extensão com Povos Tradicionais Ameríndios e Afro-americanos. O LAPA fica dentro do Centro de Estudos Rurais do IFCH e atualmente a gente mantém uma parceria com o AfroCEBRAP, onde eu sou pesquisador também. Eu fiz o doutorado, é... sobre o Mocambo com o apoio, né, dos mocambeiros, depois de ter sido responsável pela realização do laudo de reconhecimento étnico-territorial da comunidade em 1997, que acabou levando ao reconhecimento e à titulação da comunidade como remanescentes de quilombos. Portanto, eu tenho um primeiro contato com o Mocambo em função de uma demanda da Associação Brasileira de Antropologia pra que eu ocupasse o papel de observador do conflito em que o Mocambo tava envolvido, em meados da década de 1990. Eu fiz um primeiro relatório sobre esse conflito. Esse relatório acabou levando a que eu fosse convocado a realizar o laudo de reconhecimento territorial, que levou ao reconhecimento da comunidade e isso tudo acabou se transformando em uma tese de doutorado que foi defendida em 2002.

Paulameire Acácio: Aí Maurício chega, um menino jovem, um pesquisador jovem, e Maurício fica na minha casa e aí minha mãe acolhe Maurício como o filho dela branco, um pesquisador que era esse menino que ia estudar esse espaço pra dizer se tínhamos direito como comunidade específica sim ou não. Então a casa da minha mãe foi essa... foi esse aconchego que naquela época era a casa que tinha um salário que poderia receber uma pessoa, um visitante, os demais, é... não tinham nada, então, nem tinham condições e, então foi minha mãe a mulher que acolheu Maurício e adotou ele como filho. E em maio de 97, 27 de maio de 97, nós fomos reconhecidos como a primeira comunidade quilombola do Estado de Sergipe, e a quarta do país. Então não tem como contar a história do quilombo sem a minha família, tem minha mãe e meu pai como índio, minha mãe como negra e nesse momento, nos anos 90, meu pai também deu suporte, tinha a experiência e meus irmãos mais velhos, a minha comunidade também indígena, também deu suporte, a essa comunidade que não tinha o conhecimento. E é essa história bonita, né, que eu me orgulho, tenho muito orgulho em dizer que sou quilombola de encher, mear e derramar.

José Maurício Arruti: Acho que tem uma coisa muito interessante na situação vivida, é, pelo Mocambo, é... que é uma comunidade vizinha a uma outra comunidade indígena, né, a uma comunidade indígena Xocó. Então eu acho que, acho que tem uma coisa muito interessante nessa dupla, nessa vizinhança, e nessa coabitação do Mocambo e do Xocó é, ãhn... como que alguns processos na história nacional atingiram indistintamente populações negras, populações ex-escravas e populações indígenas. A gente tem uma percepção um pouco distorcida dos nossos livros de Ensino Médio, de que a escravidão foi uma coisa que disse respeito apenas aos negros, né, e as terras de uso comum diziam respeito apenas aos indígenas. E quando na verdade a história é muito mais complicada, né? Os indígenas foram

submetidos à escravidão, não só durante a colônia, essa escravidão se perdurou de diversas formas. Então os Xocó viveram uma situação muito semelhante à escravidão, ao pós-escravidão, vivido pela comunidade do Mocambo.

Eram duas comunidades vizinhas que, né, tavam submetidas a diferentes proprietários. Mas que viveram uma situação de pós-abolição muito semelhante, né, e semelhante em que sentido? No sentido de que as relações de trabalhos reproduziam quase que integralmente as relações escravas, só lhe faltando a caracterização jurídica, né?

Paulameire Acácio: Nós somos cercados de lagoas, nós temos lagoas nativas ou naturais, mais ou menos umas seis lagoas. É o que nós, o tempo todo, é... desde dos nossos antepassados, vivíamos do arroz. Deixamos de ter arroz por conta de que o rio não enchia mais. Foi pela perda do arroz que o negro despertou que seria possível, é... reivindicar uma coisa que ele plantou, que só tinha aquilo para sobreviver. E hoje se a gente tivesse a oportunidade de plantar arroz, nós iríamos plantar arroz de forma mais, é... com mais segurança, por exemplo. As mulheres plantavam arroz, é... menstruadas, pós-parto ou grávidas, correndo risco, com muitas varizes, correndo risco de ser... de acontecer acidentes, de pegar...de uma veia ser furada por pedaço de pau, por espinhos, ou então, mas nós corríamos esse risco porque também a gente só tinha isso. Porque nós plantávamos arroz, e aí tínhamos dez alqueires de arroz né, digamos, eram... a terra dava esses dez. Então, desses dez, cinco seria para o fazendeiro livre, e dos cinco, nós iríamos pagar ainda, o que tínhamos pegado emprestado com dinheiro, que era uma... eles diziam que era uma meia mas não era meia. Eles davam as sementes, mas eles teriam... se eu tivesse cinquenta sacos de arroz, vinte e cinco era livre para ele, ia para o salão do fazendeiro. Dos vinte e cinco, nós ainda ia pagar, ver quanto foi que eu peguei emprestado para botar de trabalhador, ou pra comprar uma farinha, pra comprar um osso, pra comprar um café, ou um milho. Eu pegava emprestado na casa, e aí era como se fosse agiota, aí eu pagava daqueles vinte e cinco. Então tinha gente que vinha com dez, com cinco sacas de arroz porque trabalhou o ano todo para o fazendeiro.

Daniela Manica: Arruti, dá pra contar resumidamente o que foi que motivou o processo de reconhecimento do Mocambo como um território quilombola? Primeiro, os indígenas Xocó conquistaram a terra, e depois teve esses conflitos todos entre a comunidade do Mocambo, com os indígenas vizinhos, e com as fazendas da região. Foi assim? Como foi o processo com os Xocó?

José Maurício Arruti: Então, os Xocó se auto reconhecem como indígena, ocupam a Ilha de São Pedro, não são retirados, eles ganham na justiça o direito de ficar na ilha, depois são reconhecidos como indígenas e aquilo é uma mudança simbólica e social na região brutal. Vocês imaginam o quê que era a situação anterior em que eles eram proibidos de deixarem serem chamados de “caboclo”, pra se assumirem

como Xocó e ocuparem a ilha. Isso é uma coisa muito impactante, isso é muito difícil da gente ter uma dimensão do impacto que isso é no plano local, na destituição do poder dos fazendeiros locais, né? E o Mocambo fica muito impactado sobre isso, por isso, mas é outra aldeia né, o território é demarcado e eles estão de fora. Eles tem uma outra negociação com os fazendeiros, que tava muito tranquila naquele momento, que eles podiam usar as suas terras, podiam usar as lagoas. Mas aí, ali, no...em meados da década de 90, acontece no Mocambo uma coisa que é muito comum a gente ver em todas as narrativas de Comunidades Quilombolas, que é: a uma certa altura entre a década de 50 e década de 80, os herdeiros dos antigos donos assumem as terras e eles não têm mais os laços, vamos dizer assim, de compromisso moral que permeava a relação, as relações de dominação, né? Então, todas as relações de dominação são muito marcadas por relações pessoais, e tinham tratos morais, né, que eram muitos desiguais evidentemente, mas tavam marcados por tratos morais, né? gente que era apadrinhada, né, um certo, uma certa tolerância com relação à distribuição dos alimentos, né, a cobrança etc, tinha uma flexibilidade, às vezes cobrava-se muito depois recuava e etc. E quando tem a mudança geracional desses fazendeiros, em geral quem assume essas propriedades são os filhos dos latifundiários, são os filhos dos fazendeiros, que moram em Aracaju, mora no Rio de Janeiro, moram em São Paulo, moram em Salvador e que não tem mais relação nenhuma e que começam a exigir né, fazer exigências, absolutamente imorais, né, pra essa população do ponto de vista econômico, dessa economia moral, são totalmente imorais. E eventualmente até mover ações de reintegração de posse contra essas populações. Então isso começa a acontecer na década de 90, com os proprietários no Mocambo, e o Mocambo começa a procurar uma forma, né, de se defender. E nesse processo de procurar uma forma de se defender, eles tomam conhecimento do artigo 68 do ADCT da Constituição Federal, né? Tomam conhecimento do surgimento de um direito para as comunidades negras rurais que imediatamente reproduzia aquela descoberta Xocó, né, quer dizer, da mesma forma que os Xocó lá na década de 70 descobriram que ser índio lhes dava direitos, né, resgatar a sua identidade indígena ancestral era um caminho pra garantir os direitos da sua terra, os Mocambo, depois de 88, com o artigo de 88 da década de 90 eles passam a ter o mesmo instrumento.

Música de transição: Bateria acelerada e ritmada que reverbera agudo nos primeiros toques e a cada repetição. Um toque agudo e lento acompanha como marcador de tempo. Declínio gradual do volume ao longo da fala de Paulameire.

BLOCO 2:

Paulameire Acácio: Eu não sei se a logística é essa, mas eu tô mandando umas imagem (barulho de motor) e agora eu vou mandar a imagem da antiga escola, que todos nós nos anos 80, 90, 2000... todos nós estudávamos aqui (sopro de vento). Então a gente pensa de mais tarde transformar isso em um museu quilombola, ela

está desativada mas a gent... é um sonho nosso... de não deixar acabar. O modelo é antigo, tá todo assim precisando de uma reforma, mas hoje não tá, não tem nada. A gente (grito de uh, hu! ao fundo) tá na outra escola que depois a gente tira foto, essa é a escola antiga dos anos 40, que todo mundo do quilombo estudou nela.

Daniela Manica: Legal! A Paulameire nos mandou várias fotos pelo WhatsApp, tanto da escola antiga como da escola nova. Se você quiser conhecer, dê uma espiada lá no site do Mundaréu. Mas vamos lá, Paulameire, fala um pouco da escola, do que significa ser uma escola específica pra uma comunidade quilombola.

Paulameire Acácio: Falar da escola, é... eu tenho muita propriedade porque eu sou fruto também dessa luta enquanto... enquanto educação. Nós éramos comunidade, assim como comunidade, era também uma comunidade escolar comum e a nossa escola era escola rural povoado Mocambo. Sem nome. Nós aprendemos assim. Nos anos 80, quando eu fui pra pré-escola, 90, aí em 2000 quando nós fomos reconhecido, a gente pensou também começar, a gente começou a ver, reivindicar tudo que tínhamos direito, né, que tinham nos roubado, né, viemos buscar o que tinham nos nos tirado. Então eu com 18 anos eu terminei o ensino médio, magistério e nisso logo quando eu completei 19 eu já tomei conta de uma escola, é...de uma unidade de ensino aqui em Niterói que é do lado de Mocambo. Niterói e Mocambo e Xocós. A 6km da minha comunidade eu trabalhei lá na escola municipal. Em 2003, a escola de Mocambo tem um momento crucial. Nós decidimos a fechar a escola pra termos escola de qualidade e pra comunidade específica. Nós só tínhamos antes, unidade, depois escola e depois colégio. Assim que a gente conseguiu, é... organizar a documentação pra que ela fosse organizada como escola e ter vida porque ela não tinha...ela era sem nome então nem nome ela tinha. E aí nós decidimos dar o nome da escola ao dia que nós fomos reconhecidos que pra nós é uma data importante, que é 27 de maio. Escola Estadual Quilombola 27 de maio. Quem é 27? Que data é essa? A data que saiu no Diário Oficial que éramos conhecido como quilombo. Então, falar desse momento pra mim é um privilégio, porque eu sou filha de uma professora que não teve oportunidade de fazer o ensino médio, porque naquela época com a quarta série seria professora. A minha mãe na terceira série, que hoje é o quarto ano, com apenas a terceira série, ela já conseguiu ser professora e que também dava, trazia sustento pra nossa família. Então minha mãe, nessa escola, minha mãe foi professora depois eu fui, aí eu fui aluna depois eu fui professora, meus filhos estudaram, hoje eu já estou me aposentando, que tô com 48 anos. Pra mim foi assim especial e que eu conto com muito orgulho que em 2003, quando fechamos essa escola por três meses pra reivindicarmos uma escola de qualidade específica para Quilombo eu estava lá nessa comissão, eu fazia parte da coordenação da associação. Eu já era professora e também era a coordenação.

José Maurício Arruti: Parece que é um tema que não se cansa de ser novidade, né? Depois de quase 20 anos, né, de estabelecida a legislação e tudo a gente ainda,

ainda tem que, continuar explicando o que é... o que são quilombos, o que é educação escolar quilombola, né, e isso tem a ver muito com a irregularidade das políticas públicas, mas também com uma certa deficiência, é... da imprensa na abordagem do tema, né, que não considera relevante mas também com uma deficiência da nossa comunicação enquanto Academia com relação aos... ao que já foi produzido, né, ao que já foi avançado dentro da Academia, a nossa ineficiência em tornar esse material público, acessível, né, e de longo alcance, de extenso alcance. O tema da educação é muito crucial e, é... como a abordagem desse tema tende a tá muito associada também a ideia de território no sentido do currículo, no sentido da cognição, no sentido dos saberes produzidos, né, falar de uma educação diferenciada quilombola não é exatamente falar de interculturalidade ou de falar de outras culturas, mas é falar de um... de uma escola que esteja atenta ao conhecimento que é produzido no plano local, né, no território, que tem a ver com a demanda pelo território mas que tem a ver também com o conhecimento do território, com a história de ocupação do território, né, com as marcas da ocupação, das tradições criadas nesse processo de ocupação. Então não acho que é um tema, assim, que fale genericamente de "cultura", que é uma abordagem que ficou mais, vamos dizer assim, consolidada no tema indígena por exemplo né, mas eu acho que traz uma questão um pouco diferente, né, é claro que as comunidades quilombolas têm manifestações culturais super relevantes. Aqui no, no sudeste é o jongo, lá no Mocambo é o samba de, de umbigada, né, samba de coco, é... Mas eu considero que o tema da educação diferenciada, realmente, a tendência é que a gente pense mais associado ao território, à singularidade dos conhecimentos associados ao território do que uma ideia mais abstrata de cultura, né, ou mais englobante de cultura.

Paulameire Acácio: Eu sou essa mulher que não me calo, né? E que a gente diz assim, que a professora aqui, professor do Quilombo, ele tem que entender que aqui é um quilombo. Aqui eles tem que dançar conforme a música, eu tenho que dar meus conhecimentos, né, academic... Eu tenho que desenvolver minhas atividades, mas eu também tenho que respeitar o currículo do Quilombo. Então agora, final de abril, começa a festa da gloriosa Santa Cruz que é a padroeira do Quilombo, da comunidade. Então, nessa semana a gente trabalha também a questão assim religiosa, aí o professor tem que se envolver, tem o dia do professor, tem o dia da escola quilombola, alunos, professores e alunos, tem o dia da criança, tem o dia do viúvo, tem o dia do casado, tem o dia do pescador. Então são nove noites, e essas noites patrocinadas. Então eles tem que respeitar isso. Dia 27 de maio iremos completar 25 anos, então o professor tem que trabalhar, saber que nessa data nenhum professor que trabalha em outra escola pode faltar aqui. Porque é momento nosso. E se a gente, dentro do planejamento, eles não escolherem Mocambo como prioridade, pra nós não serve. Eu acho assim, isso é que nos traz de pé, né? Da gente dizer assim "Olha, eu respeito você. Você é como um território brasileiro, mas dentro do específico você tem que dançar conforme a música do tambor da gente". E você não tá pra dizer se concorda ou não, porque você não é quilombola. Você é uma professora, um profissional que vai

desenvolver suas suas habilidades dentro de um território, tem o privilégio de trabalhar, mas você tem que respeitar os limites territoriais, e dentro do específico, né? O que a gente decidir enquanto associação, então quem é que determina? A coordenação, a assembleia e a gente senta com a gestão da escola. Não desrespeitamos, não tiramos a autonomia do diretor, mas o diretor sabe que todo professor que chega novo a associação tem que conhecer pra que a gente leia a cartilha da comunidade: “olha, seu limite é até aqui, você não se envolva com questões particulares da comunidade, você tem que ter o respeito comum a todos, mas aqui você tá dentro de uma comunidade específica”. E a gente lê essa cartilha, se você puder acompanhar, será bem-vindo. Se não, a gente agradece, a gente abre o espaço pra que outros venham. E dá muito certo. E quando o professor não quer, a gente devolve pra secretaria.

Música de transição: Riffs de guitarra que se repetem, acompanhados de toques suaves e ritmados de bateria ao fundo.

Daniela: Acho que a Soraya tinha uma última pergunta pro Arruti, né, Sóra?

Soraya Fleischer: Como você percebe hoje em dia, né, com esses constantes ataques, é, de uma esfera federal, mas eu também diria parlamentar, né, esses constantes ataques às identidades dessas comunidades, seja indígenas, quilombolas, ribeirinhas, tantas comunidades rurais diferentes, então ataques a eles (em suas identidades, inclusive) e ataques também aos processos de reconhecimento identitário, sobretudo reconhecimento fundiário. Enfim, o artigo 68, se a gente pensa em Fundação Palmares, se a gente pensa em Funai, quer dizer, tudo foi paralisado, né, nesse governo atual, em termo de demarcação de terras. Eu queria que você trouxesse a luz pra nós, assim, como é que tá processo conflito hoje. E o trabalho que os antropólogos e outros profissionais fazem aí, inclusive operadores do direito bem intencionados.

José Maurício Arruti: Existem estratégias de poder, das classes senhoriais, brancas, sobre essas populações, que é muito antiga, que é um conhecimento acumulado, que é uma espécie de sociologia bruta espontânea da dominação. Hoje, né, isso tudo volta à baila né? Então qual a postura hoje do governo federal, qual a postura da direita, o que fala o presidente da Fundação Cultural Palmares? “O Brasil é misturado, não tem que ter identidade... negra, identidade indígena, identidade quilombola, somos todos misturados”, né? Somos todos misturados? Sim, somos todos misturados, eu mesmo sou misturado, né? Em proporções pequenas de sangue negro e indígena, mas sou também, né? A Meire é, provavelmente vocês também são, mas, não é isso que tá em jogo né? Não é essa mistura biológica, não é... O que tá em jogo são os direitos que procedem de uma história real, que tem raízes na vida dessas famílias. As famílias, as famílias têm uma memória de terceira geração sobre processos que a gente a está acostumado a ler no livro didático, a gente lê no livro didático, parece que é um negócio que

aconteceu há séculos, aconteceu num outro mundo. Mas não aconteceu num outro mundo, aconteceu com os avós dessas pessoas, aconteceu com os pais dessas pessoas e tá acontecendo com essas pessoas. Os processos de expropriação, que muitas vezes são marcados de forma discriminatória. Então eles demarcam pessoas que são indígenas, eles demarcam pessoas que são negras. E também, as pessoas né, sempre tiveram muito orgulho de serem filhos de italianos. São famílias italianas né, as famílias tradicionais paulistas, são famílias alemães, né, no sul do Brasil. Isso, isso sempre foi um marcador de hierarquia. Isso sempre foi um marcador de delimitação de direitos no plano da sociologia prática, né, no plano das regras informais. Mas que operavam e constituíam a sociedade como as regras formais. No momento em que você diz que ser filho de indígena, e ser filho de quilombola, também pode atribuir direito isso vira um escândalo, né?

Então é disso, é diante disso que a gente tá nesse momento né, o Brasil passou, fruto dessa militância da década de 70, do renascimento do Movimento Negro na década de 70, que simultaneamente é um renascimento do indigenismo também da década de 70, são dois processos que existiram paralelamente e ninguém junta do ponto da reconstituição histórica, mas são dois processos que vão desaguar na constituição de 88, né, e nós vivemos então um período aí de quase, praticamente 15 anos, 18 anos pra ser... de um processo em que o Brasil, a sociedade brasileira fez esse movimento. Fez esse movimento de reconhecer que essas desigualdades, é... que são baseadas em regras, em mecanismos sociológicos, mecanismos empíricos deveriam ser reconhecidos no plano formal para serem recon... para serem corrigidos. E é, é isso que é rompido em 2016. A ruptura de 2016 é um golpe sobre um projeto de sociedade, né, e o que se instaura a partir daí é um projeto concorrente de sociedade, e é isso que a gente tá vivendo hoje, basta olhar o que tá sendo feito pelo Governo Federal. ~~Bolsonaro~~ nunca escondeu que o projeto dele era destruir. Ele enunciou isso "e-eu não tô aqui pra construir nada, eu tô aqui pra destruir". Destruir o quê? Destruir um acúmulo que tinha sido feito ao longo dos 15 anos anteriores, né? Então é isso que a gente tá vendo do ponto de vista das comunidades indígenas e quilombolas, pra não falar das demais comunidades tradicionais e simplesmente da população negra em geral, né, das mulheres, né, enfim, LGBTQ+, é, enfim. Essa diversidade, toda essa possibilidade da gente aprender a diversidade com respeito é o projeto que foi sendo montado a partir de 2000, né, com bases na Constituição mas, na prática do ponto de vista estatal a partir de 2000, e que hoje é brutalmente atacado pelo Governo Federal, por esse projeto aí de 22, 25% da população que se vê agredida com o fato de nós podermos reconhecer direitos a populações que sempre tiveram os seus direitos negados.

Paulameire Acácio: No governo ~~Bolsonaro~~, nessa coisa aí que diz que é governo, ele colocou um INCRA aqui de Sergipe que o INCRA, tudo que foi a favor do negro ele desmanchou. Ele, nós tivemos crédito aqui em 2017-2018, ele processou as comunidades que tiveram crédito e que foi é...legal. Aí o INCRA de Sergipe no

governo ~~Bolsonaro~~ processou essas comunidades, tá sendo, nós estamos sendo processados enquanto quilombo. Não Mocambo, que já tem território, né? Mocambo, nem Serra da Guia, as comunidades que tem certificação não, mas as que não tem o título da terra o INCRA de Sergipe processou.

José Maurício Arruti: O atual superintendente do INCRA em Sergipe moveu uma ação interna de investigação e de criminalização de ações dos funcionários do INCRA que tinham promovido uma linha de crédito pras comunidades quilombolas. O Incra existe pra isso, né, essa é uma das funções do INCRA e... mas esse atual superintendente, que é representante, é...da ideologia do ~~Bolsonaro~~, é... moveu uma ação contra os funcionários que tinham promovido esse tipo de política, né, que faz parte da missão da instituição, criminalizando e buscando irregularidades buscando fomentar denúncias né, identificar, é... algum tipo de irregularidade, nessas ações como uma forma de retaliação contra os funcionários do INCRA, mas também de um sinal bem claro pras comunidades, né, o INCRA em Sergipe não é mais um parceiro das associações quilombolas.

Paulameire Acácio: O negro foi do jeito que ele descreveu: não liberou um palmo de terra, não deu oportunidade nenhuma... 2022 ele quer se reeleger, né? Aí tá dando todas as oportunidades agora, né, por exemplo, agora ele quer reparar, né, e liberar crédito. Mas ele não engana, não nos engana, né, é uma pessoa que ele não dá pra governar nem a fazenda dele, imagine um país. Mas... quilombola também votou em ~~Bolsonaro~~. Então quem votou pediu pra voltar pras correntes, então... No governo ~~Bolsonaro~~ nós não tivemos nada! Fecha as portas do INCRA e agora você não tem acesso a nada do INCRA. Então, precisamos avançar pra que a gente tenha um governo que volte para o "menos", que é o ribeirinho, é o cigano, é o quilombola, é o indígena...

FECHAMENTO

Música de transição: Solo de guitarra em melodia desacelerada que é acompanhada de uma percussão sutil e ritmada ao fundo.

Daniela Manica:

Que a gente tenha um governo que volte para o "menos".

Que frase forte, que vergonha que dá em mim, como "branca, comum, da cidade" ouvir Paulameire se referir assim aos ribeirinhos, ciganos, quilombolas, indígenas... como "menos". Você também sente vergonha? Do que o nosso Estado Brasileiro faz com seu povo, fazendo com que ele se sinta "menos"? (Suspiro).

Nesse ano, em que a gente comemora os duzentos anos da nossa suposta "independência", a gente espera que a história da Paulameire ajude a falar um pouco da persistência de um modelo de país extremamente desigual, com uma

estrutura de relações baseadas na exploração do trabalho (quando não da escravidão) dos povos afroindígenas.

Paulameire é filha da luta, filha de pai indígena e mãe quilombola, cresceu vendo as lutas pelos seus direitos desses sendo travadas. Lutas que eles fizeram não pra enriquecer e sair do país, mas em busca do direito de existir, de morar, de se alimentar. Foi uma longa conversa com ela e com o Arruti, que tentamos resumir aqui. Aprendemos muito sobre os conflitos e sobre as estratégias da estrutura dominante, de fazendeiros locais, para “dissolver” a identidade e os direitos dos povos originários. Ao “misturar” indígenas e negros, eles tinham a finalidade de recusar a eles direitos sobre o território. Arruti chamou isso de uma “sociologia espontânea bruta”. A história do Mocambo é muito bonita e mostra como é possível, apesar disso tudo, fazer alianças na diferença, e o quanto é importante resistir, recusar, insistir. E cantar.

Música de fechamento: “Ode ao Bozo”, Gatunas. Solo de guitarra, melodia rápida com levada aventureira. Bateria ao fundo. Bem baixinho, a música segue ao fundo da voz de Daniela com voz feminina num balanço de rock e ska. A guitarra faz o contratempo com a voz nas primeiras estrofes e depois se intensifica.

“Esse cara é retrocesso

Ele não sabe de nada

Governa por decreto

Ainda banca de esperto e defende gente armada

Daniela Manica: Agradecemos demais a Paulameire e José Maurício Arruti por virem conversar conosco. No Mundaréu, Soraya Fleischer, minha parceira, e as estudantes da UnB e da Unicamp que ajudaram a montar esse episódio, Amanda Oliveira, Bianca Lino, Bruno Campelo, Júlia Mendes, Gabriel Marçal e Bárbara Corrêa. Obrigada também ao Alexander Pereira, da equipe do Arruti, pela participação. Essa terceira temporada está sendo embalada pela música da banda paraibana Gatunas, que está com um álbum novo muito bacana, “Meu corpo, minhas regras”. Ouçam a música “Mátria Amada”! Agradecemos nosso querido músico Lucas Carrasco pelo trabalho que tem feito de composição para cada episódio a partir da “Ode ao Bozo”.

Na página do Mundaréu, vocês vão encontrar os créditos completos dese episódio: mundareu.labjor.unicamp.br

O Mundaréu é parte da Rádio Kere-kere, uma rede de podcasts de divulgação científica na área da Antropologia. <https://radiokerekere.org/>

Um abraço pra você, e seguimos na luta pela defesa desses povos que Paulameire chamou de “menos”, mas que são muito mais! Até.